

ENTREVISTAS SOBRE “A NOVA PRAÇA ROOSEVELT”

INTERVIEWS ON “THE NEW ROOSEVELT SQUARE”



3.1 RUBENS REIS

A “nova” nova Praça Roosevelt¹

Arquiteto e Urbanista formado pelo Mackenzie. Atuou por aproximadamente 20 anos na EMURB (atual SP URBANISMO) como Arquiteto Assessor e Gerente de Intervenções Urbanas na criação, desenvolvimento, acompanhamento e coordenação de projetos públicos. Ele foi o responsável pela concepção geral do novo projeto da Praça Roosevelt. Rubens Reis também atuou como Assessor de Gabinete da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo para o acompanhamento do projeto executivo e obras da nova sede do Museu de Arte Contemporânea – MAC USP a ser implantado no Parque do Ibirapuera em São Paulo.

¹ Entrevista conduzida por Ramón Stock Bonzi.

1. LABVERDE – O sr. já declarou que a Praça Roosevelt é um erro urbanístico. Por favor, explique isso para a gente.

REIS – O espaço que resultou a antiga Praça Roosevelt (anos 60) foi originado de um longo e lento processo de desapropriações destinadas à abertura de espaço para a ampliação do sistema viário da cidade de São Paulo (plano elaborado na época de Prestes Maia). Essas desapropriações se completaram na década de 60 conformando a antiga praça (grande terreno vazio que servia de estacionamento nos dias da semana e nos domingos na maior feira-livre da cidade na época, como também, na época das eleições no grande palco para os tradicionais comícios dos políticos).

A antiga Praça Roosevelt pode ser considerada uma área residual, resultado do longo processo de desapropriações. Praça sem nunca ter sido uma praça esta área é cortada no final dos anos 60 para dar passagem ao sistema viário Leste-Oeste. Esta proposta de ligação viária foi muito discutida dentro dos órgãos responsáveis da municipalidade. Uma das propostas (anterior ao projeto implantado no final dos anos 60) previa a passagem por sistemas elevados com várias alças de acesso – Na verdade, tratava-se de um mini cebolão que envolvia toda a Igreja da Consolação, criando uma grande quantidade de áreas repletas de baixos de viadutos. Felizmente este projeto foi descartado e optou-se pela abertura de uma grande trincheira passando bem abaixo da cota média da antiga praça.

Foi só posteriormente a esta decisão viária que a administração municipal resolveu contratar um projeto que fizesse um fechamento desta trincheira, procurando rearticular o antigo espaço da praça e seu entorno. O projeto foi contratado junto ao paisagista Roberto Coelho Cardozo e aos arquitetos Antônio Augusto Antunes Neto e Marcos de Souza Dias, todos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Mesmo tendo sido implantado parcialmente, o projeto e a obra final apresentavam um programa complexo e uma arquitetura de excessos formais que estavam mais próximos de um “Grande Edifício” do que o de uma Praça.

Construída dentro de um momento marcado pelo chamado “Milagre Brasileiro” e pelo reflexo do processo de metropolização, a Praça Roosevelt foi construída como exemplo de “Modernidade e Eficiência”, como afirmava um de seus autores na época: “A Praça Roosevelt não tem comparações no mundo, é mais que uma praça, é um sistema viário, edifício e viaduto”.



Figura 1 – Proposta original de Cardoso e equipe, 1968. Fonte: Rubens Reis.

2. LABVERDE – Você foi a favor de sua completa demolição.

REIS – Muitos estudos e projetos foram propostos pela municipalidade e por especialistas sem alcançarem sucesso, principalmente pela questão de falta de recursos.

Em 1995 a Empresa Municipal de Urbanização - EMURB através de estudo desenvolvido por mim e sob coordenação do arquiteto José Eduardo de Assis Lefèbvre lançou oficialmente a proposta de demolição do excesso da massa construída e o desenvolvimento de uma nova intervenção neste espaço. Esta proposta surge após uma série de intervenções que acabaram não surtindo efeito. Neste momento entendemos que não tínhamos mais espaço para soluções paliativas de gestão e/ou melhorias, a proposta era encarar de frente o real problema da Praça, ou seja ela mesma – De uma certa forma, esta proposta de demolição dos excessos já contava com o senso comum dos técnicos da administração e dos especialistas da sociedade civil e de grande parte da população.

3. LABVERDE – Os problemas surgiram com o passar do tempo (e por isso imprevisíveis) ou o projeto original já apresentava falhas conceituais desde o início?

REIS – Inaugurada em 25 de Janeiro de 1970 a Praça Roosevelt já apresentava sérios sinais de declínio em meados dos anos 80, crise que se prolongaria até o início das obras de recuperação em 2009.

Os problemas foram se acumulando durante todo esse período como atestam as reportagens da imprensa local, chegando ao ponto de a Municipalidade propor a pintura de verde da praça no intuito de tentar amenizar a aridez do espaço.

A anterior fragmentação do tecido urbano promovida pela intervenção viária não foi recuperada com a implantação da “Nova Praça”, ao contrário, o novo projeto e obra concluída, com os seus vários níveis (lajes e patamares), excessos formais, excessos de massas construídas/ bloqueios visuais e de acessibilidade, junto com os problemas posteriores de gestão/administração da prefeitura acabaram decretando a falência deste espaço em um espaço de 20 anos.

A complexidade e a pretensão inicial do projeto fizeram com que este novo espaço assumisse uma dimensão desproporcional com o entorno, criando a necessidade da criação de vários planos para o atendimento do programa que juntamente com o exagero formal das massas construídas acabaram criando vários bloqueios visuais e de acessibilidade dificultando a articulação com as áreas adjacentes.

Sendo assim, podemos considerar que o programa e o partido adotado no projeto não foi o mais correto, apesar de ter sido uma experiência que tinha como base conceitos que estavam em vigor na nossa cidade na época – O urbanismo moderno, onde a planificação e a racionalização exacerbada do uso e ocupação do solo prevaleciam. Experiências como as “New Towns” inglesas e francesas e as megaestruturas ainda eram referências dos nossos profissionais, apesar dos questionamentos que já se faziam no exterior, (principalmente nos Estados Unidos) a respeito do urbanismo do “arrasa quarteirão” e das grandes intervenções.

Os problemas relacionados à gestão/administração e manutenção deste espaço só acabaram agravando a situação.

4. LABVERDE – A requalificação da praça teve êxito no enfrentamento desses problemas?

REIS – Ainda é cedo para fazermos uma avaliação criteriosa da obra que foi implantada. No meu entendimento, a reurbanização teve êxito no enfrentamento dos problemas relacionados ao rompimento dos obstáculos visuais e de acessibilidade, procurando uma maior articulação com o entorno. Foi positiva também ao resolver de uma vez por todas os problemas relacionados às constantes e necessárias manutenções de um espaço que se encontrava impossibilitado de uso e de grande dificuldade de gestão e administração por parte da prefeitura.

Os estudos desenvolvidos por mim (desde 1989 até 2009) e o projeto executivo avançaram dentro do prazo e das condições possíveis dentro da administração – sempre truncado e sem continuidade. A obra foi executada dentro de outras condições de limitações que acabaram, no meu entender, comprometendo o resultado final, mas de qualquer forma, acredito que estamos ainda em um processo que poderá se completar se ocorrer um acompanhamento da obra face às novas demandas e aos novos problemas surgidos ou que possam surgir.

5. LABVERDE – Como se chegou à definição do programa e dos planos de massa da nova praça?

REIS – Infelizmente a administração municipal nunca teve uma clareza em termos de programa para o referido lugar, ao contrário, a praça sempre foi um problema que ficava passando de mãos em mãos de vários órgãos da administração, gerando, desta forma, uma grande dificuldade na formulação de um programa.

Sempre com dificuldades ligados à falta de recursos e à indefinição em relação aos locatários que se encontravam na praça o projeto da de Reurbanização da Praça Roosevelt sempre era postergado dentro das gestões administrativas.

Finalmente, com a possibilidade de contar com os recursos do Programa de Recuperação da Área Central (Financiamento do BID) a Praça Roosevelt teve pela primeira vez a oportunidade concreta de reformulação.

O projeto de recuperação da área central foi levado adiante na gestão da prefeita Marta Suplicy e encaminhado nas gestões dos prefeitos Serra e Kassab na quais a

licitação e o início das obras tiveram início, culminando com a inauguração do novo espaço em 2012.

O programa resultante foi elaborado pelo corpo técnico e de contatos com setores da comunidade via reuniões, assembleias e encontros. Os planos de massa da nova praça são decorrentes das condições estruturais do local – três grandes lajes que servem de apoio ao plano principal da praça e aos dois níveis de estacionamento acima da via Leste-Oeste. Sendo assim, o plano principal da praça ficou definido pelas condições estruturais, sendo possível apenas intervir na demolição do antigo pentágono e nos novos acessos criados na Rua da Consolação (Nova Esplanada Consolação) e Rua Augusta (Nova Esplanada Augusta).

Neste longo período estudamos várias possibilidades de intervenção – rompimento de lajes para implantar auditórios, teatros e áreas de reunião, permanência da antiga Escola de Educação Infantil EMEI Patrícia Galvão com várias possibilidades de *layouts* e atendimento de algumas atividades tradicionais da praça como as floriculturas. O Programa final do projeto e não da obra (discutido e aprovado por setores da comunidade e da administração municipal) contemplou as seguintes atividades:

- Manutenção de espaço para as floriculturas existentes;
- Criação de postos da Polícia Militar e Guarda Civil Metropolitana;
- Criação de uma edificação para o uso de um Telecentro e do Centro de Informações da Mulher (que já se encontrava na praça por quase 20 anos);
- Espaços isolados para cachorros;
- Espaços para recreação infantil;
- Espaços para descanso, contemplação e circulação.

A malha estrutural da Praça acabou induzindo a criação de um eixo de ligação entre as duas novas esplanadas de acesso (Consolação e Augusta). Estas duas novas Esplanadas foram criadas com a demolição do conjunto próximo à Rua da Consolação e o fechamento do vazio junto à Rua Augusta, criando um eixo arborizado para a circulação e o descanso. Esta mesma malha estrutural com os chamados “caixões perdidos” da estrutura da laje do piso do plano principal acabou servindo como grandes floreiras para o plantio de um eixo de árvores entre as novas Esplanadas Augusta e Consolação, tornando-se importante partido de projeto, visto a predominância das lajes de concreto neste espaço.



Figura 2 – Croqui do projeto executivo que foi a base para o desenvolvimento da nova praça Roosevelt, 2007. Fonte: Rubens Reis.

6. LABVERDE – E a participação popular?

REIS – Dependeu de cada administração, considerando que esta proposta vem desde a época da Prefeita Erundina, ou até mesmo antes dela, pois a primeira grande remodelação do espaço ocorreu na gestão do prefeito Mário Covas. Os técnicos sempre estiveram disponíveis para o contato com as pessoas envolvidas com a praça. Em termos de administração tivemos a oportunidade de apresentar todos os estudos desenvolvidos para a comunidade local – dependendo da administração com maior ou menor intensidade. O Programa do projeto (não da obra) pode ser considerado de consenso entre todos.

Participamos de vários encontros, assembleias, reuniões e discussões a respeito da praça, seja com a comunidade e com especialistas. Entendo que foi o processo possível.

7. LABVERDE – O senhor se afastou da EMURB em 2009 e depois disso o seu projeto sofreu alterações. Você foi consultado? O que achou do resultado?

REIS – Não foi o fato da minha saída da EMURB que o projeto sofreu alterações. Mudanças de projetos são naturais nos processos de obras – A questão é: Como mudar e porque mudar.

O projeto teve continuidade até chegar à licitação e início da obra em 2010. Evidentemente uma obra acaba tendo que alterar algumas premissas originais do projeto por questões técnicas, tempo, novas prioridades e demandas e recursos.

No caso da Roosevelt entendo que a eliminação do Telecentro foi uma grande perda, pois seria um interessante espaço aglutinador de pessoas em especial jovens e que junto com o Centro de Informação da Mulher seria um espaço referencial.

Outra questão é a não incorporação da área verde no entorno da Igreja da Consolação à praça, continuando reservada para as atividades da Igreja e não da comunidade.

Outro ponto refere-se aos acabamentos, os quais foram pensados no projeto original com materiais de maior durabilidade e que infelizmente não foram considerados.

A área de quiosques das floriculturas continua vazia e ocupada irregularmente por uma base da Guarda Metropolitana. Em minha opinião, o pior das intervenções da obra foi a opção da construção de uma nova edificação para a sede da Polícia Militar – anteriormente, no projeto licitado a polícia ficaria abaixo das escadarias da “Nova Esplanada Augusta” sem interferência com a nova praça. Pressões de



Figura 3 – Instalação da Guarda Civil Metropolitana em área de quiosques destinados a floriculturas. Foto: Lilian Dazzi Braga.

ordem corporativa forçaram a mudança dessa proposta, como também ocorreu com as instalações da Guarda Metropolitana, que no meu entendimento acabou retomando um problema antigo da área – o seu fracionamento. Em função de interesses particulares

da Igreja, Polícia e Guarda Metropolitana o projeto foi fracionado e fragilizado, onde os interesses particulares acabaram se sobrepondo ao projeto maior que seria a praça como um espaço único.

8. LABVERDE – O caso da Praça Roosevelt é um dos muitos projetos para áreas públicas que foram sumariamente alterados durante a execução. Como vê essa questão?

REIS – Projetos e obras são (infelizmente) diferentes, se não fossem as regras da licitação a situação poderia ser pior. A questão está ligada ao pouco valor que se dá ao projeto em detrimento ao valor da obra acabada. Os prazos de execução seguem uma lógica política e dificilmente será diferente.

Contratamos obras com projetos que na maioria das vezes são deficitários em termos de maturação e informações, sendo assim é na obra que o projeto acaba se desenvolvendo, sempre com os riscos de perda de qualidade e aumento de custos. Temos também a questão relativa ao distanciamento entre o alcance dos ideais de projeto e a realidade de execução e gestão/administração da prefeitura, que infelizmente é muito limitada e poucos profissionais conseguem desenvolver projetos que se adequem às essas limitações.

A Praça Roosevelt não é exceção. Apesar do grande período de maturação (truncada e sem comprometimento oficial) dentro da prefeitura, a indefinição da administração em relação à ação, ao estabelecimento do programa e ao início das obras acabou gerando os tradicionais problemas em relação às obras na cidade.

9. LABVERDE – A supressão do edifício destinado ao Telecentro e da sede do Centro de Informação da Mulher e a colocação de um questionável edifício destinado à Guarda Civil Metropolitana parece indicar uma clara vontade da administração pública de gentrificar a área. O grupo de teatro Satyros, por exemplo, chegou a avisar que iria sair da área por conta dos aumentos no aluguel. Concorde com a nossa avaliação?

REIS – Não concordo, a supressão do edifício do Telecentro se deu por uma visão equivocada de setores da administração e de entidades que consideraram que, se estávamos demolindo uma área (o Pentágono) não deveríamos mais construir outra edificação.

O programa original já contemplava a permanência da polícia militar e da guarda civil (por solicitação da comunidade). A diferença é que o programa não priorizava estes equipamentos como elementos referenciais, procurando disposição mais discreta na praça.

A questão da gentrificação nunca é uma ação explícita, ela pode ocorrer (pode ser intencional? – como sabemos pode – mas não foi o caso), infelizmente é uma lógica do mercado na sociedade da qual vivemos: espaços requalificados acabam sendo valorizados. O poder público teria que se antecipar a este fenômeno, o que infelizmente não ocorreu ou não ocorre.

10. LABVERDE – Você ficou surpreso com a apropriação do espaço por parte dos skatistas? Aliás, o skate foi recentemente limitado a um pequeníssimo setor.

REIS – Não fiquei surpreso com os skatistas e nem com o sucesso do espaço dentro de outras comunidades que procuram utilizá-lo neste curto tempo de existência. É natural que um novo espaço, dentro de uma área carente de áreas abertas, seja um novo ponto de atração, principalmente na nossa época de comunidades ligadas à internet.

O projeto original não contemplava espaços específicos para skatistas ou outros grupos, o projeto tinha como princípio simplesmente a abertura de um novo espaço de convívio com a menor manutenção possível para a administração. Poderíamos ter desenvolvido um projeto com apelos estéticos, tecnológicos e até mesmo com as louváveis justificativas de sustentabilidade, nos moldes de exemplos estrangeiros, mas conhecendo a fundo as limitações da administração optamos pela simplicidade, que infelizmente para alguns significa falta de criatividade. Com relação ao skate ele não foi proibido, mas foi estabelecida uma forma de gestão do espaço que procure garantir a permanência de outras pessoas como crianças, velhos entre outros sem que entrem em conflito com a prática do skate e dos skatistas que acabaram se arvorando como os “donos do espaço”. Temos que lembrar que o espaço não foi pensado para um único ou determinado grupo.

11. LABVERDE – O sr. entende que há alguma coisa na atual política da prefeitura de São Paulo para Praças que deve mudar ou que pode ser melhorada?

REIS – A fragmentação das ações da prefeitura e dos outros níveis da administração pública (estado e união) dentro da nossa cidade são problemas concretos a enfrentar,

principalmente porque a cidade de São Paulo faz parte da maior área metropolitana do país. As limitações das Subprefeituras (recursos orçamentários, recursos humanos e conhecimento técnico) são os principais elementos da falta de qualidade do espaço urbano, que junto com a falta de sintonia das ações acabam gerando essa sensação negativa em relação aos espaços da nossa cidade.

Acredito que com maiores recursos junto às subprefeituras e ações mais integradas poderemos melhorar este quadro.

Por fim, um aspecto muito importante seria a mudança de foco das subprefeituras. As subprefeituras precisam mudar a visão de zeladores para gestores das unidades de sua administração e não ficarem a reboque de outras instituições.